

# Da centralidade do grupo domiciliar na análise do espaço urbano na África sub-sahariana; *reflexões teóricas*

Alexandre Hilário Monteiro Baia

Centro de Estudos Africanos – Universidade Eduardo Mondlane

## Resumo

O artigo apresenta uma reflexão teórica que coloca o grupo domiciliar como categoria central na análise da cidade na África sub-sahariana. A partir de contribuições analíticas de vários autores entende-se que o grupo domiciliar na África sub-sahariana procura conservar os sistemas de reprodução da linhagem nos moldes do mundo rural ou das sociedades pré-coloniais; (re)produz um urbano que revela as conexões da urbanidade ocidental com os sistemas de reprodução da linhagem, e aí a cidade configura conjuntos de grupos domiciliares inéditos, menos estruturados que se desenvolvem numa espécie de compromisso entre o respeito às tradições e as dinâmicas sócio-econômicas do espaço-tempo presente e; também tendem a reproduzir um modelo de vida estabelecido pelo urbanismo e veiculado pelo Estado.

Nesse contexto, o meio urbano propicia um contexto em que os grupos domiciliares, procuram respostas mais ou menos eficazes às racionalidades e irracionalidades da economia liberal e da urbanização.

**Palavras-chave:** Grupo domiciliar, África Sub-sahariana, cidade, espaço urbano.

## Introdução

Uma análise inicial sobre os grupos domiciliares nas cidades da África sub-sahariana revela como cada membro do grupo domiciliar sujeito às especificidades da vida urbana – derivadas principalmente pelas relações no lugar de trabalho assalariado – volta ao seu sistema de relações e de valores sociais, ditos tradicionais, na esfera doméstica. De tal modo, que apesar dos indivíduos transportarem valores de uma esfera para outra nenhum membro procura introduzir um novo sistema de relações e de valores sociais na unidade domiciliar. Por isso, a hipótese apresentada para a permanência do grupo domiciliar como uma unidade social e

econômica dentro da cidade com um modo de vida marcadamente influenciado pelos sistemas de linhagem, tanto transformados como reinventados. As influências mútuas das duas esferas, urbana e rural, estão condicionadas pelo grau de inserção na economia urbana. É assim que os grupos domiciliares estabelecem um compromisso entre a opção de respeitar a tradição e a submissão às novas realidades. Nota-se, assim, que os sistemas de linhagem, conjugando transformações e persistências, tomaram conta da produção e dos produtores e asseguram, no sentido mais amplo, a reprodução social.

O grupo domiciliar na África sub-sahariana encontra-se num cruzamento de três vertentes: (i) aquela que procura conservar os sistemas linhageiros, apesar das transformações impostas pela cotidianidade moderna, nos moldes do mundo rural ou das sociedades pré-coloniais; (ii) a concernente às cidades, que ainda em conexão com a primeira, revela conjuntos de grupos domiciliares inéditos, menos estruturados desenvolvendo-se numa espécie de compromisso entre o respeito às tradições e as necessidades sócio-econômicas do tempo e espaço presentes e (iii) a que tende estabelecer um modelo de práticas familiares mais ou menos similares às maneiras ditas ocidentais ou modernas, promovida por frações de população privilegiada economicamente e pelo Estado.

O meio urbano alberga, portanto, as três vertentes propiciando um contexto em que os grupos domiciliares, envoltos em contradições, dão respostas mais ou menos eficazes às dificuldades mais diversas. Essas dinâmicas indicam que o desenvolvimento dos grupos domiciliares africanos na cidade está intrinsecamente ligado ao da sociedade no seu conjunto. Pois, que a pobreza crescente e o subdesenvolvimento ou reforçam as solidariedades que caracterizavam as linhagens ou, inversamente, acentuam rupturas entre camadas sociais, assim, cristalizando as desigualdades.

O grupo domiciliar tornou-se a arena social básica para a tomada de decisões sobre o status, o poder, a propriedade e o trabalho entre homens e mulheres, gerações e parentes. Para além de o conceito estar ligado à estrutura física da habitação e da cozinha ou às relações de parentesco, o grupo domiciliar deve ser visto como um ponto de cruzamento de redes de relações sociais sem subordinação clara alguma nem entrelaçamentos perfeitos com outras redes. Em comunidades – frequentes nas cidades africanas – os grupos domiciliares continuam a ser estruturas fundamentais que asseguram os rendimentos e a sobrevivência, isso, num contexto em que o acesso aos meios de reprodução, espaço urbano e habitação constitui um aspecto crítico da economia urbana. Por isso, o grupo

domiciliar não é apenas uma unidade de consumo, mais do isso, ele é uma unidade econômica ou de produção virada, fundamentalmente, para a subsistência e reprodução da força de trabalho assalariada.

## Das teorias sobre o modo de vida urbano

As teorias vigentes sobre as conseqüências sociais e comportamentais do desenvolvimento urbano têm a sua origem nos estudos sobre a vida rural e urbana realizados por diversos sociólogos, dentre eles da clássica Escola de Chicago, durante o séc. XIX. As explicações sobre a vida urbana estavam, nessa época, associadas às chamadas teorias de contraste – as quais reconheciam dois tipos diferentes de sociedade: a tradicional rural e a moderna urbana. Tönnies (1887), citado por Clark (1982), a partir de observações em cidades alemãs, sustentava que “a vida rural tinha lugar dentro dos quadros da *gemeinschaft* (comunidade)<sup>51</sup> enquanto a vida urbana era caracterizada pela *gesellschaft* (sociedade)”. Para Durkheim (1893), citado por Clark (1982), a vida na cidade era caracterizada pela competição pelo emprego - um dos fatores que criava um contexto em que a importância da família entrava em declínio e conseqüentemente as interações sociais eram reorganizadas na base da racionalidade e eficiência mais do que na tradição. Esta conceitualização básica, sobre as diferenças entre o mundo rural e o urbano, elaborada por Durkheim, resulta das suas observações sobre a crescente divisão social do trabalho derivada da industrialização, a qual via como

(...) um processo histórico-biológico irreversível envolvendo o desenvolvimento da civilização humana de uma forma segmental para uma organizada. A sociedade segmental era baseada em relações consangüíneas compreendendo uma sucessão de grupos linhageiros, mas com a modernização, estas pequenas unidades eram agrupadas em agregados maiores. Um dos resultados foi a formação de estados territoriais, outro foi a organização ocupacional da sociedade, com os indivíduos sendo classificados de acordo com a natureza das atividades sociais por elas desempenhadas (Clark, 1982:74).

---

<sup>51</sup> (...) a unidade básica da organização era a família alargada ou o grupo linhageiro, dentro do qual, os papéis e responsabilidades eram definidos pela autoridade tradicional, e as relações sociais eram instintivas e habituais. A cooperação [entre os indivíduos] era baseada nos costumes. Enquanto na *gesellschaft*, (...) [os] padrões íntimos e instintivos estabelecidos [na comunidade] eram substituídos por relações formalizadas, contratuais, impessoais e especializadas (...) (Clark, 1982: 73).

A polarização das diferenças entre o rural e o urbano é superada pelas correntes teóricas da Ecologia Humana<sup>52</sup> da Escola de Chicago.

No tocante às transformações e persistências de modos de vida, torna-se pertinente referir a análise de Park, citado por Hannez (1980) e Clark (1982), segundo a qual em qualquer sociedade os indivíduos procuram preservar o próprio respeito e ponto de vista mediante o reconhecimento pelos outros – o que vigoraria por excelência no modo de vida do campo. Na cidade, tal ordem social, encontra sérias dificuldades; pois, o dinheiro mais do que a civilidade torna-se o meio de troca. Por isso, o estatuto do indivíduo é determinado por sinais convencionais, como a moda entre outros, mostrando assim a superficialidade das relações sociais na cidade. No entanto, ocorreriam, também, laços íntimos e estáveis cuja eficácia seria influenciadas pelas condições urbanas. Ora, a vida cotidiana na cidade – sociedade compacta – é ordenada e assim mantida pela aderência a rotinas predictáveis: “as pessoas na cidade vivem reguladas pelo relógio e pelo sinal de trânsito” (Hannez, 1980: 25).

É assim, que na sua continuidade, Wirth, citado por Hannez (1980) e Clark (1982), assinalava que a cidade seria um assentamento relativamente amplo, denso e permanente de indivíduos socialmente heterogêneos e onde o grande tamanho populacional influenciaria negativamente o contato entre as pessoas em interação – mas é claro que a vida social não é um fenômeno apenas de massa, pois, ela “ocorre em pequenos grupos como a família, o domicílio entre outros”. Contudo, a densidade populacional levaria, também, a uma tendência dos cidadãos em orientar suas vidas de acordo com o visível; por isso, como os contatos físicos são mais próximos, enquanto os sociais são mais distantes, cada indivíduo afirmar-se-ia mais pela aparência do que como ser humano. A categorização de pessoas e atividades daria lugar a uma segregação. Uma segregação, que para Park, citado por Hannez (1980), estabeleceria distâncias morais que tornam a cidade um mosaico de pequenos mundos contíguos, mas amplamente separados. Pois, “(...) na competição por um espaço particular o resultado será normalmente determinado pelo tipo de afetação que oferecerá o maior retorno econômico” (Hannez, 1980:26). Na cidade o espaço residencial separa-se do espaço de trabalho. Portanto, os processos de segregação resultam num mosaico urbano de mundos sociais ainda que haja uma grande justaposição de diferentes modos de vida que levariam a uma tolerância e uma perspectiva relativista de conceber a

<sup>52</sup> Entendida como o “estudo das relações espaciais e temporais dos seres humanos quando afetados por forças seletivas, distributivas e acomodativas do ambiente. (Mackenzie, 1925:64, citado por Clark, 1982:142).

vida urbana – análises que apesar da sua relevância descritiva, estão muitas vezes por detrás da construção de dualismos na teoria urbana convencional.

O argumento de Park culmina com a formulação de uma oposição entre o que é rural e urbano - uma dicotomia que constituiu o cerne das preocupações da Escola de Chicago. No entanto, a explosão urbana atual requer a superação da dicotomia clássica rural-urbano, interpretadas como realidades opostas, uma vez que a prática espacial urbana na sociedade contemporânea nem sempre mostra um corte polar entre o modo de vida rural e o urbano, mas é caracterizada por uma simultaneidade e interação dos dois modos de vida.

É importante assinalar que apesar dos conceitos de rural e urbano terem sido representados como pólos opostos de vida isso não significa serem necessariamente separados, uma vez que as características do modo de vida convencionalmente ditas rurais podem ser encontradas tanto no campo como na cidade – o que torna discutíveis os dois conceitos.

## **Os sistemas familiares na África sub-sahariana**

A análise dos processos decorrentes da formação do Estado-nação, da urbanização e ou da modernidade na África sub-sahariana tem que tomar em consideração as transformações que eles provocam nos sistemas familiares. Pois, os sistemas familiares como quadros de enunciação e de transmissão de valores encontram nesses processos novos campos de extensão.

No período anterior à colonização europeia os sistemas familiares da África sub-sahariana eram classificados, segundo o modo de afiliação dos indivíduos, em patrilineares – quando a afiliação do indivíduo era feita em relação ao grupo consanguíneo do pai, - matrilineares (pertença ao grupo da mãe) e bilineares. Os modos de afiliação engendravam grupos coletivos designados linhagens (matrilineares ou patrilineares) que com a sua dimensão territorial constituíam a tribo igualmente designada clã. Assim, construía-se uma trama que incluía cada indivíduo ao mesmo tempo em que o vinculava aos outros indivíduos por conexões genealógicas dentro de determinados espaços e ou territórios.

A reprodução social e econômica da linhagem envolvia manipulações sociais que nem sempre se reduziam às regras de parentesco; como a estratégia de acumular dependentes para garantir mão-de-obra para o trabalho agrícola ou de mineração – o que caracteriza as linhagens como unidades econômicas onde se

desenvolviam todas as facetas da atividade social num sentido mais amplo. Aí, a divisão etária e sexual do trabalho ocorria em função dos constrangimentos do meio e da situação econômica constituindo, em última análise, as bases da valorização do trabalho no seio das linhagens.

### **A dominação europeia e os sistemas familiares na África sub-sahariana**

Durante o período colonial as práticas sócio-culturais africanas foram frequentemente reprimidas, pela força ou pela intimidação, e depois administradas no quadro de políticas de valorização; pois, eram consideradas como provas de selvajaria ou de primitivismo e que deveriam ser combatidas de forma direta ou indireta (refira-se o uso das missões cristãs como braço de ferro desse combate). O que se designou de administração direta, para o caso de Moçambique, consistiu na criação de uma chefatura indígena como extensão do poder colonial que permitiu contornar o controlo draconiano colonial e graças a sua colaboração viabilizar os projetos de valorização no seio das sociedades linhageiras.

Os resultados da dominação colonial foram tais, que de um lado, provocaram rupturas e crises nas antigas ordens sociais e, por outro lado, suscitaram outras formas de reprodução social. Como refere Dozon (1986), a conquista colonial dispersou as sociedades africanas, e com os dispositivos repressivos da administração, as práticas sociais e econômicas cessaram de ocorrer ou estagnaram-se: as redes de troca e de comércio foram inteiramente paralisadas. Assim, o sistema de linhagem amputado a partir das suas bases de reprodução social e econômica contraiu-se em si mesmo radicalizando as suas lógicas internas.

Com o novo cenário social, a valorização das colônias foi concretizada pela introdução sistemática do cultivo de produtos para exportação. Nesse processo foram utilizadas instituições familiares, comunidades de linhagens e aldeias – quer através do uso da força ou por outros meios de pressão ou sedução dentro de poucos anos populações inteiras passaram a dedicar-se ao cultivo de produtos para exportação. As sociedades africanas apropriaram-se da agricultura comercial mantendo as estruturas da linhagem, mas, criaram novas diferenciações sociais a partir das quais passaram a se reproduzir ajustando as regras e procedimentos aos novos dados econômicos: a introdução da economia das plantações – cultivo de oleaginosas, de algodão, sisal e cana sacarina para exportação.

Com a [eliminação] das atividades sócio-econômicas segundo moldes pré-coloniais e com a expansão das culturas arbustivas, as matrilineagens e patrilineagens

deixam de ser grupos em corpo; as formas de cooperação que outrora animavam os grupos de filiação dão lugar a um processo de individualização. Cada membro duma linhagem torna-se plantador separado e cultiva, com a sua esposa, (...) seus filhos e eventualmente um colateral próximo, suas próprias parcelas; por esse processo, a terra torna-se propriedade [individual], ao contrário do sistema fundiário antigo onde [a terra] era apropriada coletivamente e era objeto de um direito de uso individual (Dozon, 1986:323).

Nesse processo a linhagem tornou-se o teatro de numerosos conflitos, de estratégias e contra-estratégias. A sua força passou a residir no fato de tolerar a emancipação progressiva de uns e as prerrogativas de outros dentro de um quadro simbolicamente coerente – aí onde as sociedades linhageiras transformaram-se num cenário criado por relações mercantis, de apropriação privada e em torno de famílias restritas – gerindo o antigo e o novo sem uma ruptura radical.

O estabelecimento da economia das plantações marca, por um lado, a transformação do cultivador tradicional em camponês integrado na economia mercantil e sujeito às imposições do Estado colonial e, por outro, a passagem de um sistema familiar, cuja estrutura formava grupos coletivos – as linhagens como a essência das comunidades produtivas baseadas no direito costumeiro da terra e cujos membros se encontravam vinculados socialmente através de laços de parentesco - para um sistema familiar mais restrito onde os antigos laços sociais são transformados ou reinventados em torno de uma nova categoria social atomizada: o grupo domiciliar.

### **O grupo domiciliar na África sub-sahariana: entre o rural e o urbano**

O estabelecimento da economia das plantações marca, por um lado, a transformação do cultivador tradicional em camponês integrado na economia mercantil e sujeito às imposições do Estado colonial e, por outro, a passagem de um sistema familiar, cuja estrutura formava grupos coletivos – as linhagens como a essência das comunidades produtivas baseadas no direito costumeiro da terra e cujos membros se encontravam vinculados socialmente através de laços de parentesco - para um sistema familiar mais restrito onde os antigos laços sociais são transformados ou reinventados

Os processos de transformação social na África sub-sahariana, através dos quais as tradições são comprometidas e/ou reinventadas, foram (e são), também, engendrados pela criação de cidades e pela urbanização. A urbanização tornou-se

um fenômeno de massa somente após a independência (descolonização) dos países africanos.

Ela [a urbanização] está ligada a instauração dos Estados, a criação de serviços públicos, a implementação de políticas de desenvolvimento que ao serem direcionadas principalmente aos meios rurais, provocam paralelamente as migrações para as cidades. Múltiplas razões para isso: a escolarização, as contradições próprias às sociedades locais, (...) as possibilidades de um emprego assalariado e, sobretudo, a atração própria do meio urbano que representa uma alternativa ao modo de vida aldeã [portanto, rural]. (...) Sob diferentes aspectos, o fenômeno urbano apresentou-se como pólo antitético ao mundo rural e tradicional. Ele organiza novas relações sociais dispersando e distribuindo os indivíduos e os grupos em espaços diferenciados (lugar de trabalho, lugar de habitat, etc.) segundo critérios de ordem sócio-econômica ou sócio-profissional. Ele ordena novos modos de distinção social (...). (Dozon, 1986: 328).

Os processos engendrados pelo fenômeno urbano tendem para uma ruptura efetiva com o mundo tradicional (e/ou rural), assim espera-se, por hipótese, que os sistemas de parentesco, já transformados pela economia das plantações, se rompam definitivamente e que deixem um campo vasto e livre para o estabelecimento de famílias nucleares – universos estritamente privados modelados sobre maneiras ditas ocidentais ou modernas. No entanto, a complexidade do processo mostra que se por um lado se produz um meio urbano de transformações reais, elas não conduzem necessariamente a esse modelo familiar.

Como foi referido, o meio rural e as estruturas da linhagem, em particular, foram já modificadas durante a época colonial – sendo votadas às práticas e às estratégias de famílias restritas, - nesta perspectiva o mundo urbano e salarial tende a agravar essas transformações, entre elas a tendência para a atomização do grupo domiciliar num processo que apesar das mudanças, continua marcado pelo sistema linhageiro.

Por exemplo, em Moçambique, e para a África sub-sahariana em geral, apesar da migração campo-cidade, vulgarmente considerada excessiva, e do suposto gigantismo das cidades-capitais nacionais, o meio rural ou o campo ainda é preponderante. Perante uma fraca ou ausente industrialização, a migração campo-cidade é limitada e a agricultura permanece uma atividade econômica principal da população – contudo, torna-se necessário analisar o meio urbano tendo em consideração as suas relações com o meio rural; pois, não se pode falar duma

oposição radical entre as duas realidades ou mesmo entre práticas vinculadas a uma realidade dita moderna e um universo supostamente tradicional, senão de um tecido de laços orgânicos entre os dois pólos.

(...) os cidadãos, por mais distantes que se encontrem do lugar de origem, não escapam ou pouco se desfazem das suas obrigações linhageiras. Eles participam notadamente nos funerais, dão um subsídio suplementar àqueles eventos privilegiados onde se atualizam ainda os sistemas linhageiros, (...) [assim] as relações entre cidadãos e os meios linhageiros são antes de respeito do que de desprezo (Dozon, 1986:330).

Apesar das relações fluidas que ocorrem entre o meio urbano e o meio rural, é necessário notar que o meio urbano secreta práticas sociais que rompem efetivamente com o sistema linhageiro – isso ocorre como consequência da separação espacial de famílias parentas que se desenvolvem diferencialmente em função do seu nível econômico e da sua pertença a outro grupo social. Contudo, essas famílias, na sua maioria, não correspondem à família nuclear: elas tendem a restringir o número dos seus membros, mas não atingem o nível elementar de um casal e seus filhos; daí a relevância do conceito de grupo domiciliar.

Trata-se, então, de uma morfologia familiar composta e alargada que qualifica as ditas famílias urbanas africanas – verdadeiras unidades domiciliares por vezes constituídas por duas ou mais famílias nucleares vivendo sob o mesmo teto ou uma família nuclear rodeada por várias pessoas tendo um laço de parentesco com um dos membros da família nuclear; mas, também, grupos em que nem todos os membros estão ligados por laços de parentesco consanguíneos ou tradicionais. Pois, a morfologia dos grupos domiciliares urbanos varia em função de obrigações particulares, escolhas, afinidades e interesses diversos.

Por isso, na África sub-sahariana:

O meio urbano gera assim [grupos domiciliares] originais, inéditos, que, todavia, pousam sobre as redes de parentesco e as gere segundo formas de uma geometria variável não reproduzindo a ordem estrita da linhagem. Elas resultam do compromisso entre a tendência para a restrição e a exigência de solidariedades efetivas. (Dozon, 1986: 331)

Segundo as normas e práticas costumeiras da linhagem, a sociabilidade e/ou a hospitalidade de uma família é medida através da sua atitude em relação à oferta e recepção de bens e serviços domiciliares, tais como alimentos, acolhimento de parentes, entre outros. Desse modo, torna-se prática corrente e comum que uma família nuclear permita a convivência com outros indivíduos parentes ou não, mas com base em princípios de mútua confiança. De acordo com De Schlippe (1956:135), a oferta e recepção de alimentos têm uma importância social e simbólica na distribuição da riqueza entre membros de uma linhagem. As normas que regem a sociabilidade, e a hospitalidade, sustentam que a distribuição ou partilha de alimentos, principalmente confeccionados, é um atributo de autoridade e prestígio e que a sua recepção coloca o receptor numa posição que o obriga a retribuir com respeito, serviço ou uma hospitalidade recíproca.

A urbanização na África sub-sahariana prossegue, estrangida pelas atividades agrícolas, com a ampliação da migração campo-cidade que esgota as possibilidades de emprego oferecidas pelo Estado e pelas empresas. Nessas condições, os grupos domiciliares na cidade preenchem as funções das instituições de acolhimento e de segurança social; pois, constituem, por vezes, uma força real: seja porque presidem o exercício de uma profissão artesanal, o funcionamento de um pequeno comércio ou de uma pequena empresa, seja porque ele corresponde a exploração agrícola nas áreas peri-urbanas ou às estratégias imediatas de ocupação do solo.

A incorporação das sociedades africanas na economia monetarizada e na cidade não destruiu a produção agrícola de subsistência. Os grupos domiciliares, na sua maioria, não possuem meios financeiros nem técnicas que permitam mudar os métodos tradicionais de cultivo. No entanto, a produção agrícola e seus métodos asseguram, em muitos casos, que cada grupo domiciliar possa sustentar a si próprio através de uma produção virada não apenas para o consumo doméstico, mas também, para a venda nos mercados locais legalizados ou não legalizados. A prática da agricultura – que também constitui o suporte para o trabalho assalariado – leva a que os grupos domiciliares permaneçam nas cidades não apenas como cultivadores, mas e até, como grupos semi-proletarizados. Pois, geralmente, é um membro, homem adulto, que consegue obter um emprego nos setores modernos de atividade e que, portanto, contribui com uma renda em dinheiro proveniente do trabalho fora da esfera familiar ou domiciliar, ou seja, do trabalho assalariado – e isso apesar dos baixos salários para uma mão-de-obra geralmente não qualificada.

Certas características dos grupos domiciliares na cidade são reforçadas ou minimizadas por relações mais globais e pelas tramas de estratificação social em que se inserem. A solidariedade familiar, nesse quadro, tende a se difundir no conjunto do corpo social atravessando os diferentes estratos da sociedade: ela obriga a distribuição e cria situações em que, não apenas em áreas contíguas, mas, sob o mesmo teto coabitam pessoas de estatutos sócio-econômicos muito diferentes – o que apenas é limitado pelas classes mais privilegiadas pela economia que se esforçam em manter o seu universo familiar restrito. Mas, em geral, ocorre como se a solidariedade familiar se concentrasse no laço nodal da estratificação social urbana atravessando-a até o limite onde atuam outras práticas e estratégias familiares. Desde modo, pode-se afirmar que, como refere Dozon (1986:332), em alguns casos, os determinantes dos grupos domiciliares na cidade, da sua morfologia, estão menos em função de obrigações ligadas a tradição que em função das condições sócio-econômicas: um cidadão pobre e visivelmente sem futuro não é nunca solicitado pela sua rede de parentesco.

Os centros urbanos na África sub-sahariana resultaram fundamentalmente do crescimento de antigos centros de trocas comerciais situados ao longo de rotas comerciais ou nos portos para exportação de matérias primas para as metrópoles coloniais. Pela sua arquitetura as cidades coloniais foram concebidas a imagem e semelhança da cidade européia e com normas restritivas que pressupunham ser habitadas pela população colonizadora de origem européia ou caucasiana. A presença da população negra nessas cidades estava regulada por estatutos classificatórios que distinguiam duas categorias de cidadãos: cidadãos de primeira – designação da população de raça branca (européia) localizada no centro da cidade ou no espaço urbano vulgarmente chamado de cidade de cimento (com arquitetura européia) - e cidadão de segunda (população negra) residente nos subúrbios ou na periferia. A ordem social estabelecida configurava desde então um espaço dividido ou segregacionista.

Para legitimar o suposto caráter civilizatório da raça caucasiana (ou branca) e como resultado do encontro entre dois modos de vida diferentes, o das sociedades européias com o das sociedades africanas, construiu-se um termo transitório: o de uma população assimilada constituída por negros que demonstravam ter incorporado valores europeus, considerada destribalizada e por isso permitida a viver nas cidades.

Wilson (1941, 1942) citado em Watson (1958) e Hannez, (1980) sustentam que no conceito de destribalização está implícito um processo caracterizado pela

escolha pelos africanos do sistema de valores e relações sociais baseado na produção industrial que a ocidentalização impunha – o que ocorria em detrimento do sistema baseado na produção de subsistência tradicional – significando que a absorção dos africanos na cidade e no emprego industrial ou em setores de atividade, ditos modernos, dissolvia as relações sociais tribais e os valores morais nelas implícitos (Watson, 1958:5).

Na realidade, a destribalização foi um processo exageradamente e ideologicamente concebido. Pois, o impacto da ocidentalização na população negra africana exprimiu-se fundamentalmente na adoção da vestimenta europeia, da cultura material e de formas exteriores de comportamento; portanto, a assimilação não implica necessariamente destribalização. Porque, concordando com Watson (1958), a população africana nas cidades mantém as solidariedades e hostilidades do tipo tribal, forma grupos de ajuda mútua ou associação preferencialmente com membros da mesma tribo. Portanto, os grupos domiciliares africanos mantêm as sociabilidades construídas a partir de princípios inerentes à linhagem.

### **Por fim: olhando a cidade de Nampula<sup>53</sup>**

O crescimento e a expansão da cidade de Nampula resultam de um processo de urbanização que inclui a importante componente demográfica como produto da migração campo-cidade e da expansão resultante da inclusão de áreas rurais dentro dos limites administrativos da cidade. A antiga cidade – cidade colonial - absorveu o campo circundante resultando, assim, um espaço misto cuja compreensão exige uma redefinição não apenas dos conceitos e da dicotomia rural-urbano, mas também, um outro entendimento do fenômeno urbano contemporâneo produzido pelas novas relações entre a cidade e o campo.

Incorporadas nos limites da cidade, as antigas áreas rurais são parceladas e posteriormente vendidas quer para ocupação residencial de frações da população economicamente privilegiada residente no centro da cidade e/ou para construção de infra-estruturas de lazer; são preservadas para futuras afetações definidas pelo Estado; outras áreas são mantidas para a produção agrícola orientada para os mercados da cidade. As intervenções urbanas que tomam lugar nestas áreas

---

<sup>53</sup> A cidade de Nampula localiza-se ao norte de Moçambique. Trata-se da terceira maior cidade do país e é considerada a capital da região norte.

ocorrem, em geral, excluindo a população que nelas reside a mais tempo (Araújo, 2003: 168-169).

Assim, um número sempre crescente de pessoas continua a cultivar uma parte dos alimentos de que precisa. A agricultura é praticada, em terrenos dentro dos limites da cidade ou fora deles; desse modo, persistem na cidade agregados familiares ligados, quase exclusivamente, a vida agrícola ou rural. Conseqüentemente, a reclassificação dos espaços rurais em urbanos resulta simultaneamente na difusão do modo de vida urbana em espaços rurais e na incorporação de elementos cuja reprodução está vinculada à vida agrária no espaço urbano. Trata-se de uma dinâmica que não pode ser compreendida apenas a partir do modelo clássico do *continuum* folk-urbano desenvolvido por Redfield. Um modelo que procura contrastar características de uma sociedade urbana com a de uma não urbana ou rural. Segundo o modelo, uma dada comunidade se localizaria em um ponto determinado do *continuum*, mas sempre se movendo em direção ao extremo urbano. Para Redfield, citado por Oliven (1985),

A urbanização enfraqueceria ou destruiria os firmes laços (...) que integram os homens em uma sociedade rural e criaria uma cultura urbana caracterizada pela fragmentação de papéis sociais e comportamento mais secular e individualista (...). A homogeneidade de uma sociedade rural à qual corresponderia uma estrutura social não-ambígua e monolítica seria substituída na sociedade urbana por uma estrutura social caracterizada por uma diversidade de papéis, ações e significados. A cultura rural, na qual todos os elementos culturais seriam definidos, transformar-se-ia em uma cultura fragmentada na sociedade urbana. As conseqüências inevitáveis da cultura urbana seriam, então, o conflito e a desorganização social (Oliven, 1985: 16).

A expansão urbana na cidade de Nampula é um processo que fornece elementos para o entendimento de transformações e permanências produzidas por forças e práticas sócio-espaciais homogeneizantes. Pois, ela engloba dentro de si transformações de modos de vida, lá onde a homogeneização impera e os camponeses não conseguem resistir à ocidentalização ou ela envolve permanências ou persistências, lá onde a capacidade homogeneizante fracassa e o modo de vida da comunidade rural se mantém embora redefinido.

Contudo, a natureza das transformações ou persistências sócio-culturais pode ser clarificada a partir das contribuições que a análise etnográfica da cidade revela; pois, para o caso da cidade de Nampula, a inclusão de áreas rurais dentro

dos limites da cidade implica, por hipótese, uma manutenção das relações e dos costumes dos camponeses na cidade – que pode não ser explicada apenas como resultado de conservatismo e continuidade cultural – mas, provavelmente, com funções dramaticamente transformadas.

## Bibliografia

- AMIN, S., “O Capitalismo e a renda fundiária; a dominação do capitalismo sobre a agricultura”. In AMIN, S. E VERGOUPOLOS, K., *A Questão camponesa e o Capitalismo*. Utopia Camponesa I. Portugal: a Regra do Jogo Edições, 1978.
- ARAÚJO, M. G. M., “O sistema das aldeias comunais em Moçambique; transformações na organização do espaço residencial e produtivo”. Ph.D. diss. Universidade de Lisboa, 1988.
- BAIA, A. H. M., “Ruralidades na cidade de Nampula; exercício teórico para uma crítica a Cidade” Msc. diss. Universidade de São Paulo, 2004.
- BEAUJEU-GARNIER, J., *Geografia Urbana*. 2.ª ed. Lisboa, 1995.
- BECKER, C. M. et al, *Beyond urban bias in Africa: urbanization in an era of structural adjustment*. London, 1994.
- CASTELLS, M., *City, class and power*. Macmillan, 1978.
- CASTELLS, M., *La Cuestión Urbana. México, siglo veintuno* (quarta edição), 1977
- COUSSY, J. et VALLIN, J., (dir.), *Crises et Population en Afrique. Crises économiques, politiques d’ajustement et dynamiques démographiques*. Les études du Ceped n° 3. 2ª. ed. CEPED. Paris: 1996
- DOZON, J.-P., “En Afrique, la famille à la roisée des chemins”. In BURGUIÈRE, A., et al, *Histoire de la famille; le choc des modernités*. Tome 2. Paris: Armand Colin, 1986. pp.301-338.
- DUBRESSON, A., *Production et producteur dans les espaces urbains*. In *Afrique Contemporaine: Villes d’Afrique*, n°168, Octobre-Décembre. 1993. pp 171-186.
- FANON, F., *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- FERREIRA, J. S. W., *Globalização e Urbanização subdesenvolvida; São Paulo em perspectiva*, (14)4. 2000. In [www.scielo.br/pdf/spp/V14n4/9748.pdf](http://www.scielo.br/pdf/spp/V14n4/9748.pdf) - 29/08/05.
- GONÇALVES, A. C., “Os bairros urbanos como lugares de práticas sociais”. *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*. Porto. 1988. Série I, Vol. IV, pp. 15-31.
- HANNEZ, U., *Exploring the city: inquiries toward na urban anthropology*. New York: Columbia University, 1980.
- LEWIS, O., *Five Families; Mexican case studies in the culture of poverty*. New York: Science Editions, 1962.
- OBUDHO, R., *Population distribution in Africa: Urbanization under weak economic conditions*. In *Population, Distribution and Migration*. New York: 1994.
- OPPENHEIMER, J. & RAPOSO, I., *A pobreza em Maputo*. Departamento de Cooperação/MTS. Lisboa: Coleção Cooperação, 2002.

- POURTIER, R., *L'explosion urbaine*. In *Afrique Contemporaine: Villes d'Afrique*, n.º164, Octobre-Décembre. 1994. pp 153-167.
- REDFIELD, R., *Civilização e Cultura de Folk*. São Paulo: Livraria Martins Editora,
- UNDP/UNCHS, *Housing and Living Conditions in peri-urban areas of Maputo city*. MC&WA. Republic of Mozambique.
- WALLESTEIN, I., *Capitalismo histórico e Civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- WATSON, W., *Tribal Cohesion in a money economy; a study of Mambwe people of northern Rhodesia*. Manchester: Manchester University, 1958.
- WIRTH, L., "O urbanismo como Modo de Vida" in Velho, O. (org.): *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- WOLF, E. G., *Sociedades camponesas*. Curso de Antropologia urbana. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.